



[Handwritten signature]

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2021

N.º 3/2021/AM (Quadriénio 2021/2025)

DATA: Vigésimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um.-----

HORA: Vinte horas e dezanove minutos.-----

LOCAL: Centro Cultural de Macieira de Cambra.-----

O PRESIDENTE: Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP);-----

1º SECRETÁRIO: Jorge Manuel Santos Silva (CDS/PP);-----

2º SECRETÁRIO: Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----

- José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias (CDS/PP);-----

- Sónia Isabel Vide Almeida Rodrigues Sá (CDS/PP);-----

- José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Daniel Alexandre Martins Gonçalves (CDS/PP);-----

- Manuel Domingos Fernandes de Almeida (CDS/PP);-----

- Alexandra Pinho (CDS/PP);-----

- Francisco Jorge Rodrigues de Sousa (CDS/PP);-----

- Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho (PS);-----

- Ana Raquel Tavares Pinheiro (PS);-----

- José Hermínio Tavares Fernandes (PS);-----

2021.12.22

- João Paulo Carvalho da Silva (PPD/PSD);-----
- Rosária de Fátima Leite Tavares (PPD/PSD);-----
- Ana Rita Fernandes Martins (PPD/PSD);-----
- Daniel Alexandre Martins Barbosa (PPD/PSD);-----
- Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);----
- Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP);-----
- Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira (CDS/PP);-----
- Vítor de Sousa Tavares, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS);-----
- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----
- Sérgio Miguel dos Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP);-----
- Manuel Correia Campos – Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP).-----

Faltou à sessão o Deputado Municipal Pedro Miguel Ledo de Araújo (PS).-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência António Alberto Almeida de Matos Gomes, Mónica Pinto Seixas, José Alexandre Coutinho de Bastos Pinho e André Agostinho Martins da Silva, e ainda os vereadores em regime de não permanência Tiago Correia Fernandes e Frederico da Costa Martins. -----

A sessão foi convocada com a seguinte ordem de trabalhos:-----



2021.12.22

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

- a) Informações diversas, nos termos do disposto no artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal;-----
- b) Aprovação da ata da sessão extraordinária de 6 de dezembro de 2021;-----
- c) Período de intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia. -----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1. Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para conhecimento; -----
2. Proposta da Câmara Municipal para Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana de Arões, Cepelos, Junqueira, Rôge, Vila de S. Pedro de Castelões, de Codal e de Vila Cova de Perrinho – deliberação da Câmara Municipal de 21/09/2021;-----
3. Proposta de Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – Deliberação da Câmara Municipal de 30/11/2021;-----
4. Prestação de Contas Semestrais respeitante à posição financeira e desempenho financeiro do Município à data de 30 de junho de 2021, para conhecimento – Deliberação da Câmara Municipal de 30/11/2021;-----
5. Proposta de Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Vale de Cambra - Deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2021;-----
6. Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2022 - Deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2021;-----
7. Orçamento Municipal 2022, Plano Orçamental Plurianual 2022-2026 e Grandes Opções do Plano 2022-2025 – Deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2021;--
8. Alteração ao artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Vale de Cambra - Deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2021;-----

2021.12.22

9. Apoio financeiro à União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, para construção de Edifício (Centro Cívico de Vila Chã) – Deliberação da Câmara Municipal de 14/12/2021;-----
10. Indicação de um membro da Assembleia Municipal de cada Partido com assento na Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal da Juventude, nos termos do solicitado pelo ofício ref.ª 7472, do Sr. Presidente da Câmara Municipal (entrada 216, de 3/12/2021);-----
11. Eleição de um Presidente de Junta para integrar o Conselho Municipal de Educação em representação das Freguesias do Município, nos termos do solicitado pelo ofício ref.ª 7472, do Sr. Presidente da Câmara Municipal (entrada 213, de 03/12/2021).-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu início à sessão cumprimentando todos os presentes.-----

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu conhecimento que sequência da votação para os membros da Comissão Executiva Metropolitana, cujo escrutínio decorreu na sessão extraordinária do dia 6 de dezembro p.p., a respetiva Lista foi aprovada por todas as Assembleias Municipais (17) que integram a AMP, conforme Edital, remetido por aquela Área Metropolitana; da participação em diversos eventos e deu ainda nota da correspondência recebida que se encontra disponível para consulta.-----



b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 6 DE DEZEMBRO DE 2021: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, questionou o auditório sobre o interesse em proferir intervenções. Não se verificando esse interesse passou de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata da sessão extraordinária de 6 de dezembro de 2021, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes.-----

c) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, apresentou os seguintes Votos de Pesar:-----

“Faleceu no passado dia 30 de novembro o Sr. JOAQUIM DA ROCHA CAPELA, a quem a Assembleia Municipal de Vale de Cambra presta sentida homenagem e tributa o reconhecimento devido pelo seu exemplo de cidadão, profissional, autarca e munícipe. -----

Na verdade, para além de uma vida dedicada à profissão e à família, foi também um autarca devotado, atividade que desenvolveu com assinalável humildade e inegável sentido social, evidenciando admirável afabilidade pessoal e elevado espírito de benemerência, motivo pelo qual, com a sua personalidade e o seu trabalho, conquistou o respeito e a consideração de todos. -----

A Assembleia Municipal de Vale de Cambra, reunida em sessão ordinária de 22 de dezembro do ano de 2021, presta homenagem ao cidadão, guarda um minuto de silêncio em sua memória e endereça à sua família as mais sentidas condolências.”-----

“Faleceu no passado dia 15 de dezembro o Sr. MANUEL FERNANDO TAVARES DE ALMEIDA, pai dos Membros desta Assembleia Municipal Manuel Domingos Fernandes de Almeida e Nelson Fernandes de Almeida, este por inerência do

2021.12.22

cargo de Presidente da JF de Cepelos, com cuja dor a Assembleia Municipal se solidariza e irmana.-----

Homem de trabalho, de família, com inegáveis atributos de educação e honradez, o Sr. Manuel Fernando de Almeida tornou-se merecedor do respeito e da admiração de todos os que com ele privaram e, por isso, será por eles lembrado com enorme orgulho e consideração.-----

Este é, pois, um momento de consternação e tristeza para a família, mas, também, para os amigos e para a comunidade onde nos inserimos, razão pela qual a Assembleia Municipal de Vale de Cambra presta, de modo sentido, homenagem ao cidadão e formula o presente voto de pesar por tão infausto acontecimento.-----

A Assembleia Municipal de Vale de Cambra, reunida em sessão ordinária de 22 de dezembro do ano de 2021, presta homenagem ao cidadão, guarda um minuto de silêncio em sua memória e endereça à sua família as mais sentidas condolências.”-----

“Faleceu, no dia 21 de dezembro de 2021, o Sr. CARLOS DOS SANTOS, residente no lugar de Mouta Velha, da freguesia de Arões, a cuja Junta de Freguesia presidiu de 1988 a 2005, período durante o qual integrou esta Assembleia Municipal, por inerência desse cargo.-----

Homem humilde, empreendedor e autarca laborioso, defendeu sempre a sua freguesia, com denodo e total dedicação, dando um contributo decisivo para a sua modernização e desenvolvimento.-----

Pessoa respeitada e respeitadora, revelou determinação invulgar e empenho ímpar na defesa da sua freguesia e dos seus conterrâneos.-----



2021.12.22

MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Neste momento de profunda tristeza pela perda de tão marcante cidadão e autarca, a Assembleia Municipal lavra o seu reconhecimento, enaltece o exemplo e solidariza-se com a família enlutada e com a comunidade de Arões. -----

A Assembleia Municipal de Vale de Cambra, reunida em sessão ordinária de 22 de dezembro de 2021, aprova um sentido voto de pesar pelo falecimento do cidadão e autarca Carlos dos Santos, presta tributo e guarda um minuto de silêncio em sua memória, e endereça as mais sentidas condolências a toda a sua Exmª Família."-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, abriu o período de intervenções antes da votação.-----

O Senhor Deputado Municipal, José Augusto Tavares Ferreira, cumprimentou os presentes e, sem pretender desvalorizar os Votos de Pesar apresentados pela Mesa, homenageou o ex-Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Senhor Carlos Santos, relatando alguns dos seus feitos em prol da Freguesia de Arões e da sua vida pessoal.-----

O Senhor Deputado Municipal, Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, cumprimentou os presentes e agradeceu o voto de pesar pelo seu pai.-----

O Senhor Deputado Municipal, Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões, cumprimentou os presentes e referiu-se ao ex-Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Senhor Carlos Santos, em relação à obra que deixou feita na freguesia, agradecendo em seu nome e de todos os Aroenses.-----

O Senhor Deputado Municipal, João Paulo Carvalho da Silva, cumprimentou os presentes e afirmou ser natural todos sentirem falta dos entes queridos que perderam; endereçou um abraço ao Deputado Municipal Néilson e a todos os familiares do ex Presidente da Junta de Arões, e referiu-se ao Senhor Capela

2021.12.22

que, no seu entender foi uma referência política que serviu Vale de Cambra, soube estar e soube sair. Agradeceu ainda ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelos Votos de Pesar pois para quem perde é sempre uma perda.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de vinte e sete membros presentes, aprovar os votos de pesar e foi feito um minuto de silêncio pela memória dos três Valecambrenses.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, abriu o período de intervenções dos Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia.-----

O Senhor Deputado Municipal, José Augusto Tavares Ferreira, cumprimentou os presentes e informou que tratando-se da primeira sessão com possibilidade de intervenção fez questão de apresentar uma referência ao seu percurso político desde 2013, desejou um bom mandato ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, aos Vereadores, aos Vereadores sem Pelouro, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e, referiu ainda que todos poderão contar com ele.-----

O Senhor Deputado Municipal, João Paulo Carvalho da Silva, tomou da palavra e solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal os seguintes esclarecimentos:-----

A pandemia trouxe desafios difíceis e anteriormente ao ato eleitoral havia informação diária sobre o ponto de situação do Concelho; após as eleições não se sabe os números de infetados do Concelho, não se sabe o que está a ser feito para combater e conter a epidemia; isto não será tarefa exclusiva da Autarquia mas o Município tem ferramentas pois tem um elevado número de elementos no executivo e, por isso deverá haver maior resposta e maior informação aos Municípes para que não haja medo.-----

Num território como Vale de Cambra, com o envelhecimento da população, um território distante, até do próprio centro, sem rede de transportes públicos, porquê



[Handwritten signature]

a deslocação a São João da Madeira para a vacinação. O que foi feito para manter o centro de vacinação ou para o transporte das pessoas mais desfavorecidas, das pessoas que moram mais longe. Questionou ainda sobre o que está a ser feito e o que vai ser feito para atenuar os efeitos da pandemia na população.-----

O Senhor Deputado Municipal, Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, cumprimentou os presentes e declarou que a sua primeira intervenção nesta Assembleia Municipal é a manifestação da bancada na sua disponibilidade para colaborar e contribuir positivamente para Vale de Cambra; nesse sentido de assegurar a proximidade da nossa terra às suas instituições que vêm apresentar a sua primeira proposta: a reversão da deliberação da Assembleia Municipal, do mandato anterior, da destruição das atas das sessões;-----

Em segundo lugar, e no alinhamento da primeira proposta, é que esta Assembleia Municipal delibere uma recomendação à Câmara Municipal para que dote o Arquivo dos meios necessários para assegurar a preservação do espólio das gravações desta Assembleia, de modo a criar-se um arquivo público, disponível a todos os cidadãos;-----

Na terceira proposta pretendemos que as sessões da Assembleia Municipal sejam transmitidas on line e, on line permaneçam após o fim das mesmas. Não nos parece razoável quando temos os equipamentos necessários para o fazer, que a sessão de hoje não seja gravada atendendo à importância do que aqui vamos discutir, como é o caso do Orçamento Municipal entre outros.-----

Acrescentou ainda que aproximar os Cambrenses desta Assembleia é um dos seus grandes objetivos daí propuseram que o período de intervenção do público, nestas sessões, deixe de ser no final da sessão e passe para o início da mesma.-

2021.12.22

As quatro propostas visam estabelecer uma relação de proximidade com a comunidade, pelo que esperam que a mesma mereça um acolhimento unânime da Assembleia Municipal.-----

Para finalizar deixou um repto para que ao longo de todo o mandato se tomem as escolhas e as medidas mais adequadas e sensatas e que se debata para lá dos partidos, que se debata com um só propósito: sermos todos por Vale de Cambra.-

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, agradeceu as sugestões e propôs a realização de uma reunião, em Janeiro, sobre o espólio existente e as gravações das sessões; promoverá este encontro brevemente.-----

Informou ainda que as transmissões on line das sessões obedecem a uma série de procedimentos que não foram possíveis para a presente sessão.-----

Acrescentou ainda que em relação ao período de intervenção do público, irá ser discutido no âmbito do Regimento, fazia tensão de entregar uma proposta de Regimento para discussão mas será feito brevemente.-----

A Senhora Deputada Municipal, Rosária de Fátima Leite Tavares, cumprimentou os presentes e declarou o que se transcreve: -----

“Antes de mais relembrar que o simples facto de realizarmos esta Assembleia Municipal, que celebra a democracia, com tantas pessoas no mesmo espaço físico, numa manifestação de normalidade institucional, é uma vitória em si mesma que não pode deixar de ser notada.-----

Há alguns meses atrás, nada disto podia ser dado como garantido.-----

A maior crise de saúde pública, pela qual passámos em mais de um século, roubou-nos liberdades e direitos, roubou-nos tempo e projetos de felicidade.-----

Agora queremos recomeçar a recuperar as nossas vidas, a nossa economia e a nossa sociedade – mas mantemos a necessidade e a responsabilidade de saber



[Handwritten signature]

viver com a pandemia ainda existente e que, infelizmente, está a dar sinais de piorar nos próximos meses.-----

Não podemos esquecer que estamos no momento da vitória da ciência sobre a dúvida e sobre o medo. É o momento da humanidade e da solidariedade perante uma ameaça mundial.-----

Quero dedicar este momento às pessoas...-----

As pessoas que, nas mais diversas funções, batalharam contra o vírus impiedoso; as pessoas que, com fraternidade e humanidade, prestaram apoio a quem mais precisou, as pessoas que venceram a pandemia e as que, infelizmente, nos deixaram cedo demais e cuja memória lembramos e honramos.-----

A todos a minha mais profunda e sincera homenagem.-----

Aos que iniciaram agora um ciclo com este novo mandato, desejo as maiores felicidades no exercício das suas funções.-----

Trabalharei com cada um de vós para levar mais longe a visão de uma Vale de Cambra próspera e solidária.-----

Tomarei as decisões e votarei sempre em consciência e de acordo com o que acredito.-----

Agora não temos uma Vale de Cambra com cores diferentes.-----

Não pode haver uma Vale de Cambra dos críticos e outra dos apoiantes. Não há uma Vale de Cambra do sol e outra da sombra.-----

Para mim, há só uma Vale de Cambra - indivisível nas expressões de liberdade dos seus indivíduos e das suas comunidades.-----

Podemos e devemos discordar.-----

Podemos e devemos debater.-----

Podemos e devemos defender percursos alternativos.-----

Mas no fim do dia, todos estamos de acordo no essencial: a única coisa que verdadeiramente importa é Vale de Cambra e os Valecambrenses.-----

2021.12.22

Quem me conhece sabe que não desisto.-----

E tenho, efetivamente, um problema grave: não gosto de desistir, mas sim de lutar.-----

Não desisto da minha terra e luto pelo seu progresso.-----

Não desisto dos nossos cidadãos e luto por todos e cada um.-----

E não tenho dúvidas, que aqui neste sítio de democracia, seremos sempre todos por todos.-----

Garanto que me vou empenhar durante todo o meu mandato, com trabalho, compromisso e dedicação, para criarmos uma força, que seja vista pelos Valecambrenses como a que melhor serve os seus projetos de vida.-----

No fim de contas, somos todos Valecambrenses que querem honrar a história, os costumes e os princípios da nossa fantástica cidade.-----

Vamos ao trabalho. Mãos à obra. Todos por Vale de Cambra.-----

Obrigada"-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, cumprimentou os presentes e agradeceu as palavras do Deputado José Ferreira em relação aos votos de bom trabalho e também à Deputada Rosária afirmando que todos estão a lutar pelo melhor para Vale de Cambra. Para responder ao Deputado João Carvalho da Silva deu informação de que a partir de determinada altura o ACES Aveiro Norte, deixou de comunicar aos Presidentes de Câmara, por imposição da DGS, os resultados da pandemia; neste momento é feita uma comunicação semanal que revela a incidência cumulativa referente a 100 mil habitantes, e é essa informação que a Câmara Municipal divulga à sexta feira; acrescentou ainda que manifestou o seu desagrado pela falta de informação junto do Secretário de Estado que fazia a ponte entre os Municípios e o próprio Governo; Vale de Cambra e a Câmara



(Handwritten signature)

Municipal estiveram na primeira linha de combate à pandemia, desde o primeiro trimestre de 2020, tendo feito tudo o que estava ao alcance.-----

Em relação à vacinação, após o encerramento do centro de Vale de Cambra, por parte do ACES e ARS, forneceram transporte às pessoas que o solicitaram e cuja situação assim o justificasse.-----

Acrescentou ainda que a Câmara Municipal continuará a fazer o que for possível; que foram anunciadas novas medidas no dia de ontem, mas ainda não houve disponibilidade para fazer a avaliação da necessidade de medidas adicionais para o Concelho; que se avizinham tempos difíceis, com um número crescente de infeções, e que a Vereadora do Pelouro se encontra a verificar a possibilidade de instalação de um novo centro de vacinação que está pendente da ARS pois serão necessárias equipas para que o centro de vacinação funcione.-----

Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Jorge Tiago, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal já deu resposta.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu início ao Período da ordem do dia.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

Ao entrar no período da ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, explicou que, por imperativo legal, os pontos 5 a 7 teriam de sofrer uma renumeração, pois teriam de ser analisados pela seguinte ordem: primeiro o Orçamento para 2022, POP 2022/226 e GOP 2022/25 (Passa a ser o ponto 5), depois a Proposta de Regulamento da Organização dos Serviços (Passa a ser o ponto 6) e por fim o Mapa de Pessoal para 2022 (Passa a ser o ponto 7), tendo havido lapso no seu agendamento.-----

O Plenário concordou com a alteração na ordem da apreciação dos pontos supra referidos e respetiva renumeração.-----

2021.12.22

No entretanto, informou ainda que, a pedido do Sr. Presidente da Câmara Municipal, o agora ponto 5 da ordem do dia é retirado de apreciação.-----

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, PARA CONHECIMENTO: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, abriu o debate mas não houve pedidos de intervenção.---

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 13/12/2021, acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, no período de 16 de outubro a 30 de novembro de 2021.-----

2. PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA DELIMITAÇÃO DE ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA DE ARÕES, CEPELOS, JUNQUEIRA, RÔGE, VILA DE S. PEDRO DE CASTELÕES, DE CODAL E DE VILA COVA DE PERRINHO – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 21/09/2021: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu o ponto e deu palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a respetiva explicação.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, explicou o porquê da criação de novas ARU's; sendo do conhecimento geral, a Câmara Municipal aprovou duas ARU, em Macieira de Cambra e Cidade e zona periférica, as zonas mais densificadas em termos populacionais, mas a reabilitação urbana reveste-se de grande importância e, ao olhar ao longo do Município existem mais de 900 imóveis devolutos pelo que se pensou no alargamento a estas zonas. Já no mandato anterior, com os três partidos representados na Câmara Municipal, se repensaram as novas Áreas de



[Handwritten signature]

Reabilitação Urbana. Com as novas ARU's e os benefícios fiscais a elas associados estão a ser criadas novas oportunidades e a incentivar a reabilitação. Referiu ainda que Vale de Cambra tem carência de espaços para arrendamento. Os documentos relativos a este assunto encontram-se na sala do Dr. Pedro Almeida, que trabalha na área do Planeamento e que poderá, caso seja necessário, prestar esclarecimentos adicionais.-----

O **Senhor Deputado Municipal, José Hermínio Tavares Fernandes**, cumprimentou os presentes e fez a intervenção que se transcreve:-----

“A aprovação desta proposta no que concerne aos eleitos do PS a esta Assembleia Municipal merece a nossa aprovação, pois que qualquer pécadilho que a mesma possa ter é de ser apresentada tardiamente.-----

Assim saudamos democraticamente os seus apresentantes.-----

No entanto e com o devido respeito, por entendermos o quão importante é esta matéria colocamos à consideração desta Assembleia alguns pormenores que nos deixam alguma preocupação.-----

Sendo esta legislação agora posta à aprovação algo complexa quer quanto aos aspetos fiscais, quer quanto ao enquadramento urbanístico, não seria possível a Ex.ª Câmara Municipal levar a efeito sessões de esclarecimento junto das populações principalmente nas freguesias de Arões, Junqueira, Cepelos e Rôge, sendo que para as restantes freguesias podia ser uma sessão alargada.-----

Esta proposta prende-se com o grau de dificuldade de interpretação da Lei e da sua aplicação.-----

Refira-se que nomeadamente para efeitos de IVA para se ter direito ao benefício da redução de TAXA para 6% as obras a realizar nunca poderão ser por administração direta. A título de uma pequena achega, (exemplo) aconselho a leitura de uma informação vinculativa a 9650 de 2015/12/09 sobre a aplicação desta taxa reduzida.-----

2021.12.22

As freguesias da parte a nascente/sul (para não dizer serranas) estão nitidamente em perda de população, sendo a criação destas áreas de reabilitação urbana uma ferramenta de crucial importância para a renovação do seu parque habitacional pelos benefícios que transportam para quem aderir à realização de tais obras.-----

No entanto gostaríamos de propor à consideração da Câmara Municipal, mais um pequeno quadro de ajudas a conceder pela mesma:-----

-isenção total de taxas e licenças para as obras enquadráveis nas freguesias acima referidas, Arões, Junqueira, Cepelos e Rôge e, numa análise mais específica, em alguns lugares das restantes freguesias, como a título de exemplo o lugar de Felgueira, São Pedro de Castelões.-----

-Não poderia a Câmara Municipal, através do seu gabinete de obras, auxiliar nos projetos de engenharia daqueles fogos a reabilitar que tivessem valores patrimoniais abaixo de, por exemplo, 50 000 euros e que o somatório dos rendimentos dos agregados familiares fosse, em média inferior, ao salário mínimo?"-----

O Senhor Deputado Municipal, Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões, agradeceu e louvou a proposta da Câmara Municipal para Arões. Afirmou ainda necessitarem na Freguesia de outros meios, nomeadamente gabinetes de apoio para estas propostas porque a população por vezes esbarra nas burocracias e acaba por desistir dos projetos.-----

O Senhor Deputado Municipal, Sérgio Miguel Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, cumprimentou os presentes e fez a intervenção que se transcreve:-----

"No atual quadro de significativa degradação das nossas áreas urbanas antigas, o planeamento e desenvolvimento de ações de reabilitação e de regeneração urbana devem constituir uma prioridade das políticas públicas nacionais e locais.-----



[Handwritten signature]

A reforma do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana operada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto, veio estabelecer medidas que visam agilizar e dinamizar a reabilitação urbana.-----

Neste novo quadro legislativo mais favorável, a operacionalização destas ações passa pela capacidade do Município em preparar a delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e pela posterior aprovação das suas Operações de Reabilitação Urbana (ORU).-----

Importa então ter bem presente, que a delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) determina a assunção pelo Município da necessidade de consagrar nessa área, um conjunto de intervenções de acordo com uma estratégia previamente delineada, assegurando a salvaguarda do património edificado e o desenvolvimento sustentável do território.-----

Como sabemos, a aprovação de uma ARU, cuja competência é da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, obriga o Município a definir os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o imposto municipal sobre os imóveis (IMI) e o imposto sobre as transações onerosas de imóveis o IMT, nos termos da legislação aplicável.-----

Mas tal aprovação, confere ainda aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre edifícios ou frações nela compreendidos o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural.-----

Importa, assim, considerar que o município de Vale de Cambra é caracterizado pela predominância da ocupação pelo proprietário, que, em 2011, corresponde a mais de 80% do total dos alojamentos clássicos de residência habitual e, dentro desta categoria, pela predominância das situações em que os proprietários não têm

2021.12.22

encargos pela compra. Esta informação aponta claramente para a importância tradicional da auto promoção de habitação.-----

A resolução do problema da habitação não pode ser apenas acometida à intervenção municipal, sendo fulcral integrar o setor privado neste propósito, quer investidores, quer proprietários, quer ainda o Terceiro Setor, incluindo as IPSS's do concelho de Vale de Cambra. Inclusivamente edifícios privados cuja função anterior não era a habitacional, podem ser reconvertidos em edifícios habitacionais.-----

É, pois, fundamental que sejam criadas todas as condições que contribuam para a priorização da reabilitação urbana e, neste sentido, desenvolver esforços para aumentar a capacidade de intervenção dos proprietários.-----

Foi neste contexto, e no âmbito da estratégia de reabilitação urbana do município de Vale de Cambra, que foram já aprovadas, numa 1ª fase, duas ARU, uma na área central da cidade de Vale de Cambra e outra na área central da vila de Macieira de Cambra.-----

Face ao incremento que tais ARU's representaram para a regeneração do edificado naquelas duas primeiras áreas, pretende-se agora reforçar este posicionamento, criando novas áreas de reabilitação urbana de forma a privilegiar os núcleos urbanos periféricos ao centro da cidade de Vale de Cambra e da Vila de Macieira de Cambra, não esquecendo todas as freguesias, em particular as do interior do concelho.-----

Esta deliberação estratégica do órgão Executivo Municipal anterior, que obteve aprovação unânime de todos os seus sete membros, propõe-se prosseguir os seguintes objetivos estratégicos específicos, de harmonia e em cumprimento do disposto no artigo 3Q do Decreto-Lei 307/2009 de 23 de outubro, republicado pela Lei nº 32/2012 de 14 de agosto, prevê-se um conjunto de objetivos específicos, designadamente:-----

Consolidar / sedimentar o papel da zona patrimonial e cultural por excelência;



[Handwritten signature]

Fomentar a reabilitação dos edifícios, designadamente os que se encontram em mau estado de conservação (degradado e em ruínas);-----

Criar condições para a dinamização económica e social;-----

Repovoar a área;-----

Preservar a morfologia urbana e qualidade ambiental;-----

Melhorar a qualidade funcional e patrimonial dos espaços públicos;-----

Garantir as acessibilidades;-----

Garantir a melhoria das condições de eficiência energética dos imóveis.-----

Creio que nesta Assembleia Municipal todos concordarão que um território como o nosso, que se encontra em acelerado processo de desertificação, perdendo população de forma gritante, clama por medidas que criem melhores condições de vida, mais atrativas e favoráveis à fixação dos jovens, sobretudo dos casais em idade de ter filhos, para tentarmos por todos os meios, contrariar esta dramática tendência que os censos, década após década, vão confirmando de forma inequívoca.-----

Sabemos que as ARU's por si sós, não irão resolver o problema de fundo, mas sem dúvida que serão uma ajuda para atenuar ou, pelo menos, mitigar o problema que todos enfrentamos enquanto comunidade.-----

Por fim, mas em nada menos importante, é necessário que a comunidade concelhia, mormente as instituições do poder local e bem assim como os seus órgãos democraticamente eleitos, tenham sempre presente que a coesão territorial é essencial para que se prossiga o desígnio da coesão social, pelo que, localidades como a Felgueira e outras caracterizadas pelas mesmas circunstâncias geográficas, não devem nem podem ficar esquecidas e deverão ser objeto de reflexão e ponderação política adequada, para que numa próxima oportunidade sejam contempladas e abrangidas por esta possibilidade legislativa favorável à reabilitação e à regeneração do património edificado.-----

2021.12.22

E isto não é somente uma questão de solidariedade política e social, mas é também e acima de tudo, uma questão de Justiça social.-----

Tenho dito.-----

Obrigado".-----

O Senhor Deputado Municipal, João Paulo Carvalho da Silva, afirmou que a proposta merecerá o seu voto favorável pela reabilitação de imóveis e pela fixação de pessoas; também concordou com a proposta do PS que se deve aproximar as pessoas dos órgãos e que os órgãos possam esclarecer as pessoas nas Freguesias; existem dirigentes políticos que não sabem o significado da sigla ARU, que fará as populações.-----

Salientou ainda a importância das zonas mais serranas terem acesso a estas reabilitações para que os jovens não se fixem no centro urbano mas possam reabilitar as habitações dos seus avós.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, informou que as questões colocadas estão vertidas na proposta; solicitou ao PS a cedência das propostas por escrito, pois em relação à tributação não entendeu mas todo o processo respeita a legislação em vigor.-----

As ARU's têm a preocupação de fazer a reabilitação; quando se faz esta implementação deve haver divulgação e esclarecimento público. Neste momento não contempla a total cobertura do território do concelho, mas sim 90%; os restantes 10% poderão ser contemplados no futuro com a criação de novas ARU's.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, agradeceu ao Dr. Pedro Almeida que o ajudou a compreender os mecanismos e a engrenagem. Colocou a votação as dez propostas de Áreas de Reabilitação Urbana individualmente, tendo a **Assembleia Municipal deliberado o seguinte, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 21/09/2021,**



Memórias Descritas e Plantas enviadas aos membros da Assembleia Municipal:-----

- aprovar a delimitação da ARU de Arões, por maioria de 26 votos a favor, tendo-se abtido da votação a Deputada Municipal do PPD/PSD, Ana Rita Fernandes Martins;-----

- aprovar a delimitação da ARU de Cepelos, por maioria de 26 votos a favor, tendo-se abtido da votação a Deputada Municipal do PPD/PSD, Ana Rita Fernandes Martins;-----

- aprovar a delimitação da ARU de Junqueira, por maioria de 26 votos a favor, tendo-se abtido da votação a Deputada Municipal do PPD/PSD, Ana Rita Fernandes Martins;-----

- aprovar a delimitação da ARU de Lomba-Agualva, por maioria de 26 votos a favor, tendo-se abtido da votação a Deputada Municipal do PPD/PSD, Ana Rita Fernandes Martins;-----

- aprovar a delimitação da ARU do Núcleo Urbano envolvente à Senhora da Saúde, por maioria de 26 votos a favor, tendo-se abtido da votação a Deputada Municipal do PPD/PSD, Ana Rita Fernandes Martins;-----

- aprovar a delimitação da ARU da Periferia de Macieira de Cambra, por maioria de 26 votos a favor, tendo-se abtido da votação a Deputada Municipal do PPD/PSD, Ana Rita Fernandes Martins;-----

- aprovar a delimitação da ARU de Rôge, por maioria de 26 votos a favor, tendo-se abtido da votação a Deputada Municipal do PPD/PSD, Ana Rita Fernandes Martins;-----

2021.12.22

- aprovar a delimitação da ARU de São Pedro de Castelões, por maioria de 26 votos a favor, tendo-se absterido da votação a Deputada Municipal do PPD/PSD, Ana Rita Fernandes Martins;-----

- aprovar a delimitação da ARU de Vila Chã – Codal, por maioria de 26 votos a favor, tendo-se absterido da votação a Deputada Municipal do PPD/PSD, Ana Rita Fernandes Martins;-----

- aprovar a delimitação da ARU de Vila Cova de Perrinho, por maioria de 26 votos a favor, tendo-se absterido da votação a Deputada Municipal do PPD/PSD, Ana Rita Fernandes Martins.-----

Por consequência, deliberou a Assembleia Municipal, isentar do IMI, por um período de três anos, renováveis, os prédios urbanos objeto de reabilitação, nos termos e condições do disposto na alínea a, do n.º 2, artigo 45.º da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, na sua redação atual; e isentar do IMT, nos termos e condições do disposto nas alíneas b) e c), do n.º 2, artigo 45.º da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, na sua redação atual.-----

Deverá a Câmara Municipal dar conhecimento destas deliberações ao IHRU por meios eletrónicos, proceder à sua publicação em Diário da República e divulgação no site do Município, respetivamente nos termos do disposto nos números 5 e 4, do artigo 13.º da Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, na sua redação atual. A aprovação da delimitação das ARU's supra-citadas caducará se, no prazo de 3 anos, não for aprovada a correspondente ORU (Operação de Reabilitação Urbana).-----

3. PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 30/11/2021: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou estar a Técnica da Autarquia,



Eng.^a Vera Silva disponível e on line para apresentar o ponto e esclarecer dúvidas, uma vez que se trata de uma matéria bastante técnica e específica.-----

Esclareceu ainda que este Plano Municipal de Defesa da Floresta tem no seu caderno nº 2, o plano de ação, mais direcionado para as propostas de intervenção e implementação; recebeu parecer prévio favorável da Comissão Municipal Defesa da Floresta, foi posteriormente enviado para o ICNF para parecer vinculativo que foi emitido no final do mês de setembro, foi ainda à Câmara Municipal para consulta pública, durante 15 dias e, compete agora à Assembleia Municipal aprovar o Plano que terá uma vigência e duração até 2030 que se iniciará em 2021 após aprovação pela Assembleia e publicação em Diário da República.-----

O Senhor Deputado Municipal, Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, tomou da palavra e afirmou que no seguimento da análise ao plano, necessitam de resposta às seguintes questões:-----

-porque não prevê o plano mecanismos de combate à espécie predominante eucalipto;-----

-porque se indicam as espécies adequadas ao nosso território mas não existe nenhum plano de incentivos à plantação das mesmas;-----

-tem a Câmara Municipal os meios necessários para cumprir os objetivos e ações previstas neste plano.-----

A Técnica da Câmara Municipal, Vera Silva, explicou que relativamente à questão respeitante ao combate ao eucalipto, o Plano em debate é sobre a defesa da floresta contra incêndios e não um ordenamento florestal. A parte do ordenamento florestal estará vertido no PDM.-----

Ou seja, não será o objetivo do Plano em análise a criação ou definição de procedimentos ou estratégias para reduzir a área do eucalipto.-----

Mais acrescentou que a questão do eucalipto está legislada.-----

2021.12.22

Em relação aos meios existentes na Câmara Municipal para dar resposta às metas e objetivos deste plano, informou que o plano não é da Câmara Municipal, é um plano da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios, que engloba várias entidades entre elas a EDP, a REN, as Estradas de Portugal, as Juntas de Freguesia, a GNR, os Bombeiros, a Associação Florestal do Entre Douro e Vouga, o IMTT, todas estas entidades têm competências ao nível da execução do plano e não somente a Câmara. E, na sua opinião, se todas as entidades trabalharem em conjunto, conseguirão cumprir as metas do plano.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, questionou qual a razão para não existirem incentivos à plantação de árvores mais favoráveis do ponto de vista do ordenamento florestal.-----

A Técnica da Câmara Municipal, Vera Silva, explicou que este não é um plano onde essas ações têm de ser previstas; a Câmara Municipal tem paralelamente outras ações no âmbito da floresta, nomeadamente os Condomínios de Aldeia, com candidatura já aprovada, onde estão previstas ações ao redor das aldeias que preveem a alteração da espécie, que pretende que o eucalipto e o pinheiro bravo sejam retirados e sejam plantadas espécies autóctones, mais resilientes.----

Por outro lado foi submetida uma candidatura no âmbito da gestão da paisagem mas tratam-se de questões ligadas ao ordenamento.-----

Acrescentou ainda que o plano em análise é contra os incêndios, faixas de gestão de combustível, beneficiação da rede viária florestal, definição de zonas de perigosidade de incêndio, ou seja, direcionados ao planeamento e não ao ordenamento.-----

Este plano em si tem uma legislação muito específica e um regulamento que define quais os cadernos e os eixos estratégicos e não vão de encontro ao ordenamento. Trata-se de infra estruturação da floresta.-----



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, tomou da palavra para agradecer o contributo da Técnica Florestal Vera Silva e reforçou as temáticas por esta explanadas.-----

Deu ainda exemplos de atividades já levadas a cabo para a reflorestação e incentivo ao cultivo de espécies autóctones.-----

O Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida, cumprimentou os presentes e referiu que a sua intervenção seria muito próxima da do Senhor Presidente da Câmara; não pretende referir incentivos mas sim um sinal, a política de sinalização extremamente importante para o comportamento dos cidadãos; isto verifica-se na Informação Municipal aquando da entrega pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, aquando da Feira da Castanha, de mais de meio milhar de castanheiros a produtores, incentivando-os a plantar esta espécie e dando sinal à população de que se trata de uma espécie importante.-----

O Senhor Deputado Municipal, Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, referiu não estar a culpar a Câmara Municipal; afirmou saber que o plano não foi realizado na sua totalidade pela Câmara Municipal; mas, o ordenamento da floresta integra a defesa contra incêndios florestais; então questionou, se o eucalipto não faz parte do debate, porque é feito o apelo à plantação de outras espécies no plano em apreço.-----

Acrescentou ainda que a plantação de certas espécies, em certas partes do concelho são positivas e todos ficaram contentes com as plantações que foram realizadas e com as plantações que virão a ser feitas; quanto ao ordenamento florestal o eucalipto é preocupante e deve fazer parte deste plano a preocupação com a plantação de eucalipto pois quem está a ajudar é a REN com o corte dos eucaliptos para a instalação da rede de alta tensão.-----

2021.12.22

A **Técnica da Câmara Municipal, Vera Silva**, afirmou que a defesa da floresta contra incêndios faz-se realmente com o ordenamento florestal, dando razão ao Deputado Jorge Tiago; e acrescentou que o plano rege-se por um regulamento publicado em Diário da República que define quais são as partes que integram o plano e, não é neste plano que a questão do ordenamento florestal deverá ser abordada.-----

Acrescentou ainda que o plano tem efetivamente uma parte sobre a recuperação das áreas ardidadas e quais as medidas que devem ser implementadas nessas áreas.-----

Em relação ao eucalipto existe legislação específica, tem condicionantes diferentes das outras espécies, porque qualquer espécie florestal com mais de 5mil m2 carece de comunicação/autorização do ICNF; isto porque existe a necessidade de haver projetos simplificados e projetos em que o proprietário tem que informar o que vai plantar e como e definir o plano de gestão da plantação. No caso do eucalipto só é possível haver plantações onde já existiam. A entidade fiscalizadora destes processos é o ICNF e não a Câmara.-----

Em relação ao Plano, este tem um caderno com informação de base, um diagnóstico da realidade do Concelho em termos geográficos e fitogeografia, e tem um segundo caderno que faz uma definição dos modelos de combustível, a cartografia do risco de incêndio, a perigosidade e o risco e a rede de defesa da floresta contra incêndios.-----

Mais uma vez referiu que o ordenamento não é matéria para este plano mas sim a rede de proteção da floresta contra incêndios.-----

O **Senhor Deputado Municipal, Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho**, disse que se o eucalipto não é uma espécie permitida de expansão em Vale de Cambra, solicita à Câmara Municipal um aumento de esforços, uma maior fiscalização, que não tem sido levada a cabo; considerou ainda que também



poderia fazer parte dessa fiscalização mas, na sua opinião, Vale de Cambra está desordenada ao nível de plantações, não sendo culpa disto da Câmara Municipal. Acrescentou ainda que ao fazer este apelo está a pensar na população e nos riscos para a população.-----

A **Assembleia Municipal** deliberou, por maioria de vinte votos a favor, com sete abstenções (dos Deputados Municipais Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho, Ana Raquel Tavares Pinheiro, José Hermínio Tavares Fernandes, Victor de Sousa Tavares, João Paulo Carvalho da Silva, Rosária de Fátima Leite Tavares e Daniel Alexandre Martins Barbosa) aprovar o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2021/2030, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 30/11/2021 e Parecer vinculativo positivo do ICNF de 28/09/2021.-----

4. PRESTAÇÃO DE CONTAS SEMESTRAIS RESPEITANTE À POSIÇÃO FINANCEIRA E DESEMPENHO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO À DATA DE 30 DE JUNHO DE 2021, PARA CONHECIMENTO – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 30/11/2021: O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicação do ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, **José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, afirmou que o ponto vem à sessão apenas para conhecimento e, caso haja algum pedido de esclarecimento poderão intervir o Vereador do Pelouro ou o Dr. Rui Valente, técnico responsável.-----

A Senhora Deputada Municipal, **Ana Rita Fernandes Martins**, cumprimentou os presentes e solicitou o seguinte esclarecimento em relação à execução, se até junho há 7% de concretização do investimento, porquê?-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, **José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, solicitou a explicação ao Técnico da Câmara Municipal, **Rui Valente**, que explicou que a execução não se mede com o investimento mas sim

com a execução da receita; que está na ordem dos 40% e desconhece como a Senhora Deputada chegou ao valor de 7%. A execução de pagamento poderá estar nos 10% e a execução de obra lançada, adjudicada, está acima de 7%; solicitou mais elementos.-----

A Senhora Deputada Municipal, Ana Rita Fernandes Martins, acrescentou que necessitaria de consultar a documentação.-----

Após referência da **Senhora Deputada**, o **Técnico Rui Valente** esclareceu que na execução do plano está referido 7,84% de execução financeira global, no entanto o que deve ser analisado é o nível de execução financeira anual, uma vez que se trata de um plano plurianual; então, a execução financeira a 30 de junho, é de 33.44% e refere-se exclusivamente à execução de investimento, qualquer despesa, ainda que de investimento, por exemplo educação, transportes escolares, a recolha de resíduos sólidos, não contam como imobilizado, ou seja, estes 33% referem-se ao que é efetivamente pago, não se trata do que é lançado ou adjudicado, é efetivamente pago entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2021.-----

O Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida, referiu que como forma de complementar a intervenção do Dr. Rui Valente e expondo a sua perspetiva, as contas semestrais são sempre difíceis de aferir sobre o que está a acontecer durante o ano; se se comparar com IMT trata-se de uma receita mínima, 2 ou 3%, diferente do valor para o total do ano. Em relação às despesas de capital também pode acontecer e pode a média do primeiro semestre ser superior à do segundo semestre. O ano de 2021 tal como o de 2020 aquando da aprovação dos respetivos orçamentos, eram anos de incerteza devido à pandemia e isso teve muito impacto a todos os níveis de execução.-----

Acrescentou ainda que se se for verificar os dados dos Municípios relativos à execução do ano de 2020, são valores muito baixos. Por outro lado, este ano havia a necessidade de aplicar os fundos comunitários o que fez com que o setor



das obras públicas tivesse muita procura; por outro lado a oferta neste setor era diminuta, o que significa que cerca de 8 milhões de euros que vão resultar daquilo que não foi possível executar no ano passado vão ser agora aplicados no ano de 2022 embora considere que 2022 também irá ser um ano de incerteza.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório da Sociedade de Revisores de Contas – Prestação de Contas Semestrais, datado de 30/11/2021, respeitante à posição financeira e desempenho financeiro do Município à data de 30/06/2021, bem como a execução orçamental e a dívida total à data. Integram esta Prestação de Contas onze documentos financeiros presentes à sessão.-----

5. ORÇAMENTO MUNICIPAL 2022, PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL 2022-2026 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2022-2025 – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 13/12/2021: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, introduziu a apreciação do ponto e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, **José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, afirmou que o orçamento apresentado é a continuidade da política de desenvolvimento do Município; foi um orçamento difícil de produzir devido aos constrangimentos impostos pela pandemia e pela dificuldade de execução; as empresas não têm mão de obra, os materiais escasseiam, há uma pressão muito grande sobre o mercado da construção civil e porque algumas empresas tiveram carência de materiais.-----

Acrescentou ainda que não obstante as dificuldades, o Município de Vale de Cambra tem conseguido, tem tido uma série de financiamentos com candidaturas aprovadas.-----

2021.12.22

Passou depois a palavra ao **Senhor Vereador, António Alberto Almeida de Matos Gomes** que, após cumprimentar os presentes, apresentou o orçamento com a projeção de um power point.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, informou que a **Mesa** iria retirar os pontos 5, 6 e 7 por questões de prudência. O orçamento fica apresentado mas será votado numa sessão extraordinária que será agendada brevemente.-----

O **Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida**, tomou da palavra para lembrar que a aprovação deverá ser realizada até 16 de janeiro porque no início de mandato há 3 meses para aprovar o orçamento.-----

6. PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE VALE DE CAMBRA - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 13/12/2021: Retirado de apreciação.-----

7. MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2022 - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 13/12/2021: Retirado de apreciação.-----

8. ALTERAÇÃO AO ARTIGO 4.º DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE VALE DE CAMBRA - DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 13/12/2021: O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, informou que esta alteração ocorre em consequência de uma alteração legislativa e deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para as observações que considerar pertinentes.-----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, afirmou que no seguimento da apresentação do ponto, o que se pretende é a adequação em função da alteração da legislação. Foi distribuído o



regulamento em vigor e a proposta que foi à Câmara Municipal, alteração do artigo 4º.-----

A **Assembleia Municipal** deliberou, por maioria de vinte e seis votos a favor, com a abstenção da Deputada Municipal, Ana Rita Fernandes Martins, aprovar a alteração ao artigo 4.º – Composição do Conselho, do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Vale de Cambra, de acordo com a proposta da Câmara Municipal de 13/12/2021.-----

9. APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA CHÃ, CODAL E VILA COVA DE PERRINHO, PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO (CENTRO CÍVICO DE VILA CHÃ) – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 14/12/2021: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, introduziu o ponto e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, **José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, afirmou ser do conhecimento de todos que a União de Freguesias se encontra a construir um espaço que se destina ao Centro Cívico; à semelhança do que aconteceu com, por exemplo, a Freguesia de S. Pedro de Castelões, a Câmara Municipal atribuiu, na altura, um subsídio para construção da sede da Junta de Freguesia. Cabe agora à Assembleia Municipal validar e autorizar a atribuição deste subsídio.-----

O Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de **Macieira de Cambra, Victor de Sousa Tavares**, cumprimentou os presentes e fez a intervenção que se transcreve:-----

"Merece apenas o nosso reparo a demora na resposta a solicitação de uma Junta de Freguesia. Para nós, atendendo às nossas limitações, é muito importante

2021.12.22

podermos contar com o apoio e a proximidade da Câmara Municipal. Como não poderia deixar de ser, votamos a favor."-----

O Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Manuel Correia de Campos, cumprimentou os presentes e afirmou pretender defender a freguesia. O donativo agora atribuído pela Câmara Municipal foi aprovado em 2013 ou 2014, nesta Assembleia, com um valor de 100 mil euros. Trata-se de uma obra para 3 freguesias. Mais acrescentou que até à data a Freguesia de Vila Chã não tem um espaço de convívio, um espaço para armazém de ferramentas, máquinas e viaturas nem um espaço cultural nas três freguesias. Agradeceu à Câmara Municipal o subsídio e o apoio no projeto, que foi realizado pelo Arquiteto da Autarquia.-----

Retirou-se da sessão o Sr. Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, afirmou que o ponto está apresentado e que Vila Chã, parte integrante da Cidade tinha esta carência; ainda sobre o atraso referido pelo Senhor Presidente da Junta de Macieira de Cambra não o vê nesse sentido pois tudo foi articulado com o Presidente da Junta da União de Freguesias.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, conceder à União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, o subsídio no valor de cinquenta mil euros (50.000,00€) para apoio à construção do Centro Cívico de Vila Chã, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 14/12/2021 e com suporte no Cabimento 2314, datado de 09/12/2021.-----



[Handwritten signature]

Reentrou na sessão o Sr. Manuel Correia de Campos, Presidente da Junta da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho.-----

10. INDICAÇÃO DE UM MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CADA PARTIDO COM ASSENTO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE, NOS TERMOS DO SOLICITADO PELO OFICIO REF.ª 7472, DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (ENTRADA 216, DE 3/12/2021): O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, introduziu o ponto e apresentou a proposta das bancadas: CDS Simão Pedro Nogueira da Silva Dias, PSD Ana Rita Fernandes Martins e PS Ana Raquel Tavares Pinheiro, ficando assim constituída a equipa que representará a Assembleia Municipal no Conselho Municipal da Juventude.-----

O Senhor Deputado Municipal, João Paulo Carvalho da Silva, afirmou ser um órgão importante que pode ser explorado pelo Município, não só para envolver os jovens mas também para lhes dar voz; na sua opinião este órgão deverá ter mais expressão social e as pessoas de fora têm de saber o que se passa.-----

Acrescentou ainda que associado a este órgão seria importante o Orçamento Participativo e o Autarca Jovem, desafios de modernidade. Desejou ainda boa sorte à Deputada Ana Rita Martins neste mandato.-----

O Senhor Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida, esclareceu que foi o executivo do CDS que criou o Conselho Municipal da Juventude que o PSD não fez enquanto esteve na Câmara Municipal.-----

O Senhor Deputado Municipal, João Paulo Carvalho da Silva, em resposta ao Deputado José Soares, afirmou não ter sido isso o que disse mas sim que a JSD lutou para que isso fosse uma realidade; mais disse que tanto falhou o PSD em 2013, no fim do mandato como falhou o CDS no início do mandato.-----

2021.12.22

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, tomou da palavra e reforçou a importância da juventude; Explicou ainda que, quando se pensou criar o CMJ foi feito com espírito de total abertura e de foco na importância dos jovens. As políticas para a Juventude são um constante desafio e fica a responsabilidade acrescida no Vereador do Pelouro que também sendo jovem e sentindo os problemas da Juventude, poderá fazer um bom trabalho naquilo que são as preocupações dos jovens ao nível cultural, desportivo, de envolvimento nas atividades sociais, entre outros e preocupando-se sobretudo com o futuro da nossa terra.-----

Colocada a votação a proposta apresentada e efetuado o escrutínio secreto pelos 27 membros presentes, obteve-se vinte e sete votos a favor, tendo a **Assembleia Municipal** deliberado indicar os membros Simão Pedro Nogueira da Silva Dias pelo CDS/PP, Ana Raquel Tavares Pinheiro pelo PS e Ana Rita Fernandes Martins pelo PPD/PSD, para integrar o Conselho Municipal da Juventude.-----

11. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO SOLICITADO PELO OFÍCIO REF.ª 7472, DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (ENTRADA 213, DE 03/12/2021): O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, introduziu o ponto, apresentou a proposta que foi entregue à Mesa com a sugestão do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, uma vez que é professor estará mais habilitado a representar as Freguesias neste Conselho; questionou se alguém teria mais alguma proposta e abriu o debate.-----

O **Senhor Deputado Municipal, João Paulo Carvalho da Silva**, tomou da palavra para informar que a proposta apresentada agrada à bancada do PSD pelo facto do Senhor Presidente de Junta ser profissionalmente Professor. Mais disse,



(Handwritten signature)

em jeito de alerta, que a educação é o pilar, as crianças terão de ter as condições necessárias para se afirmarem no futuro; solicitou ao Presidente de Junta que represente a Assembleia e tenha em conta as preocupações de todos não só enquanto membros e Deputados da Assembleia Municipal, mas também enquanto pais; desejou-lhe ainda um excelente mandato e afirmou que votará favoravelmente.-----

Colocada a votação a proposta apresentada e efetuado o escrutínio secreto pelos 27 membros presentes, obteve-se vinte e sete votos a favor, tendo a **Assembleia Municipal** deliberado eleger o Presidente da Junta de Cepelos, Nelson Fernandes de Almeida, para integrar o Conselho Municipal de Educação.-----

Ausentou-se, por momentos, do auditório o Deputado Municipal Jorge Tiago Leite de Pinho.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, questionou se alguém do público pretendia intervir.-----

Usou da palavra o cidadão previamente inscrito, senhor Dr. Paulo P. Soares de Almeida, em representação dos lesados dos utentes da Avenida Santo António, que após cumprimentar os presentes informou vir fazer um pedido de sensibilização, em nome dos 300 lesados e 30 empresas desta Avenida, por uma situação criada na semana anterior à sessão; o assunto será tratado pela via legal mas pretendem sensibilizar a Assembleia Municipal para o mesmo.-----

Disse que na Avenida Santo António existe um troço onde sempre foi permitido fazer inversão de marcha, na semana anterior foi nesse troço colocado um risco contínuo; esta alteração provoca um circuito fechado de 1,3km entre a Rotunda do Moradal e a Rotunda do Centro da Cidade; obriga que quem está estacionado

2021.12.22

numa faixa de rodagem e saia, tenha que ir a uma destas rotundas; ou seja, está-se a transportar o tráfego para o centro da Cidade, quando não havia essa necessidade.-----

Referiu ainda que quem faz a inversão nesse local tem toda a visibilidade necessária. Colocou ainda uma questão: se a decisão é das Estradas de Portugal, se podem contar com o apoio da Câmara Municipal aos lesados junto das Infraestruturas de Portugal.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, saudou o interveniente e informou que a colocação desta linha contínua não foi iniciativa da Câmara Municipal, trata-se de uma zona que tem a tutela das Infraestruturas de Portugal e aquando do licenciamento foi uma imposição dessa entidade. Na sua opinião o objetivo das Infraestruturas de Portugal terá sido a segurança do trânsito, reduzir as inversões de marcha naquele local.-----

Mais acrescentou que, se é do interesse dos lesados, a Câmara Municipal tentará, dentro das suas competências, ajudar na resolução do problema.-----

- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, elaborar a minuta da ata da sessão, aprovando, de seguida, com os mesmos votos, o texto/teor da mesma.-----

Reentrou o Deputado Municipal Jorge Tiago Rodrigues Leite de Pinho.-----

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente a ata que vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa.-----

O Presidente



2021.12.22

A series of horizontal dashed lines for writing, contained within a vertical rectangular border.